



POLÍTICAS PÚBLICAS
Mestrado em *Direito e Prática Jurídica*
Exame
11 de janeiro de 2022 – 19:00
Duração: 90 minutos

Regente: Pedro Moniz Lopes

GRUPO I – 9 v.

Comente a seguinte frase, aplicando-a ao objecto do seu *paper*:

Os raciocínios de custo-benefício são particularmente relevantes dado que não existe uma ordenação abstracta dos objectivos constitucionais a prosseguir na elaboração de políticas públicas. Estes raciocínios são assentes numa estrutura de ponderação dos vários objectivos a prosseguir, frequentes vezes incompatíveis entre si. Os custos e benefícios, embora possam ser incomensuráveis, não deixam de ser comparáveis.

- 1. O Aluno deve conseguir caracterizar a inexistência de hierarquia dos objectivos de políticas públicas (a Constituição como «agenda de políticas públicas»), relacionando com o objecto do *paper*;**
- 2. O Aluno deve conseguir descrever os conflitos resultantes da prossecução de objectivos incompatíveis e definir modelos de ponderação e análise custo-benefício (e.g., a «fórmula do peso» ou os métodos desenvolvidos por Cass Sunstein e estudados em aula). A respeito destes, o aluno deve considerar a dimensão ontológica (quanto é que de um objectivo fica sacrificado pela prossecução de outro) e epistemológica (qual é o grau de certeza das premissas subjacentes à necessidade de prosseguir um objectivo).**
- 3. O Aluno deve discutir os conceitos da incomensurabilidade (impossibilidade de mensurabilidade comum) e da comparabilidade (possibilidade de comparação, sem grandezas numéricas, de objectivos de acção para efeitos dos interesses da colectividade).**

GRUPO II – 9 v.

Comente uma das seguintes duas frases, aplicando-a ao objecto do seu *paper*:

1. De entre as várias causas de «mal-estar» a respeito da matéria das políticas públicas encontram-se as «políticas públicas simbólicas» e as «políticas públicas inefectivas».

- a. **O aluno deve conseguir descrever, exemplificando, o conceito de políticas públicas simbólicas ou nominais – *e.g.*, o conceito desenvolvido por ANDERSON no texto analisado – bem como os seus propósitos (morais, políticos ou outros);**
 - b. **O aluno deve conseguir descrever o conceito de «efectividade de políticas públicas», salientando a conformação do mundo real pela dimensão normativa, a adesão interna dos agentes e a prossecução dos objectivos pretendidos. Deverá ser feita a diferenciação entre efectividade e eficácia e salientada a dificuldade na aferição da efectividade de políticas públicas permissivas.**
 - c. **O aluno deve traçar a relação entre políticas públicas nominais e inefectivas (conceitos distintos).**
2. O desenho e implementação de políticas públicas com base na racionalidade pura, quer dos agentes que as criam, quer dos próprios agentes regulados, foi posta em causa com o conceito de «racionalidade limitada», que inclui elementos psicológicos e sociológicos das condutas dos agentes.
- a. **O aluno deve conseguir desenvolver o conceito de «racionalidade limitada» articulando-o com os vieses cognitivos, as reacções emocionais, os estudos empíricos sobre comportamento humano e, do outro lado, as estratégias de arquitectura de escolha como os *nudges*.**